

Ee

Historia Y MEMORIA

ISSN: 2027-5137

Año 2024 - Tunja, Colombia

**A participação das mulheres nas eleições
presidenciais de 1958 em Portugal através
da imprensa nacional**

<https://doi.org/10.19053/uptc.20275137.nespecial.2024.16308>

Sérgio Campos
Páginas 125-156



A participação das mulheres nas eleições presidenciais de 1958 em Portugal através da imprensa nacional*

Sérgio Campos¹


Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal

Recepción: 31/07/2023

Evaluación: 10/11/2023

Aprobación: 04/02/2024

Artículo de Investigación e Innovación


 <https://doi.org/10.19053/uptc.20275137.nespecial.2024.16308>



Resumo

O texto centra-se na participação política das mulheres portuguesas nas eleições presidenciais de 1958 em Portugal. Para enquadrar a temática, procurou-se compreender a emancipação feminina entre a I e a II República Portuguesa. O surgimento de algumas instituições, como a Mocidade Portuguesa Feminina e a Obra das Mães pela Educação Nacional, é retratado como um mecanismo de controlo e disseminação dos valores morais vigentes durante o Estado Novo. Numa abordagem metodológica reflexiva através da análise das fontes primárias e secundárias, o artigo desvenda as ações políticas das mulheres, com especial enfoque nas eleições presidenciais de 1958. Neste alinhamento, é evidenciado no artigo

* Este artigo não decorre de nenhum projeto de investigação, ele resulta do interesse do investigador. Financiamiento propio.

1 Doctor en Historia (Patrimonio) Universidad de Extremadura, España. Últimas publicações: Sérgio Campos, *A Verdade da Mentira. As eleições presidenciais de 1958* (Porto: 5 Livros). Sérgio Campos, «Um olhar sobre a emancipação do poder local no distrito de Portalegre, (12/12/1976)», *Herança. Revista de História, Património e Cultura*, 6, n.º 2 (2023), <http://revistaheranca.com/index.php/heranca/article/view/715>; H. Henriques, A. Marchão y S. Campos, «Vagando pela História da Educação de Infância em Portugal nos finais do século XIX e principios do século XX. Retalhos históricos sobre a Crèche João Baptista Rollo», *Revista Colombiana de Educación* 1, n.º 83 (2021): 1-17, doi: <https://doi.org/10.17227/rce.num83-10781>. ✉ scampos@ipportalegre.pt  <https://orcid.org/0000-0002-6173-0889>.

a exígua participação das mulheres comparativamente aos homens, de acordo com a imprensa nacional em análise: *Diário de Lisboa*, *Novidades* e *República*. A imprensa deu a conhecer aos leitores as comissões de senhoras de apoio aos candidatos Humberto Delgado e Arlindo Vicente e destacou alguns artigos de opinião redigidos por mulheres, sobretudo as mais instruídas da época. No que concerne à cobertura jornalística, o jornal *República* foi aquele que mais notícias e artigos de opinião publicou durante toda a campanha eleitoral, sendo alvo de censura permanentemente.

Palavras-Chave: Estado Novo, mulheres, eleições presidenciais de 1958, imprensa, comissões de apoio.

Participación de las mujeres en las elecciones presidenciales de 1958 en Portugal

Resumen

El documento describe la participación de las mujeres portuguesas en las elecciones presidenciales de 1958 en Portugal. En este se identifican los comités femeninos de apoyo a los candidatos de la oposición; se analiza el grado de participación de las mujeres y la implicación de algunas publicaciones periódicas en el proceso electoral.

El tema se adscribe a la historia social y política, para comprender la participación política de las mujeres portuguesas en las elecciones presidenciales del 8 de junio de 1958, en el contexto de la I y la II Repúblicas. Se partió de hacer una revisión bibliográfica, de fuentes como: *Diario de Lisboa*, *Novidades*, *República*, *Distrito de Portoalegre* y *Rabeca*.

Este estudio permite comprender que la participación de las mujeres en estas elecciones fue bastante reducida, debido a factores asociados con el adoctrinamiento desligado del Estado Novo. En cuanto al papel desempeñado por la prensa nacional, *República* fue el periódico que más se implicó en el proceso electoral, publicando masivamente noticias y artículos de opinión a favor de la oposición del Estado Novo.

Palabras clave: Estado Novo, mujeres, elecciones presidenciales de 1958, prensa, comités de apoyo.

Women's Participation in the 1958 Presidential Elections in Portugal

Abstract

This document describes the participation of Portuguese women in the 1958 presidential elections in Portugal. It identifies women's support committees for opposition candidates and analyses the extent of women's participation, as well as the involvement of certain print publications in the electoral process. The topic falls within social and political history, aiming to understand the political involvement of Portuguese women in the presidential elections of June 8, 1958, against the backdrop of the First and Second Republics. The study begins with a bibliographic review, drawing from sources such as *Diário de Lisboa*, *Novidades*, *República*, *Distrito de Portoalegre*, and *Rabeca*.

This study reveals that women's participation in these elections was quite limited, influenced by factors associated with the indoctrination under the *Estado Novo* regime. Regarding the role played by the national press, *República* was the newspaper most involved in the electoral process, extensively publishing news and opinion articles favouring opposition to the *Estado Novo*.

Keywords: *Estado Novo*, women, 1958 presidential elections, press, support committees.

Participation des femmes aux élections présidentielles de 1958 au Portugal

Résumé

Le document décrit la participation des femmes portugaises aux élections présidentielles de 1958 au Portugal. Celui-ci identifie les comités féminins pour soutenir les candidats de l'opposition; Le degré de participation des femmes et l'implication de certaines publications périodiques dans le processus électoral sont analysés. Le thème est assigné à l'histoire sociale et

politique, pour comprendre la participation politique des femmes portugaises aux élections présidentielles du 8 juin 1958, dans le contexte de la Première et de la Deuxième République. Le point de départ a été de réaliser une revue bibliographique, à partir de sources telles que: Diário de Lisboa, Novidades, República, Distrito de Portoalegre et Rabeca.

Cette étude nous permet de comprendre que la participation des femmes à ces élections a été assez faible, en raison de facteurs associés à un endoctrinement sans rapport avec l'Estado Novo. Concernant le rôle joué par la presse nationale, República a été le journal le plus impliqué dans le processus électoral, publiant massivement des articles d'information et d'opinion en faveur de l'opposition Estado Novo.

Mots-clés: Estado Novo, femmes, élections présidentielles de 1958, presse, comités de soutien.

1. Introdução

O papel das mulheres desde a formação de Portugal enquanto reino independente até à implementação da democracia passou por diversos períodos, ora caminhava-se em direção à promoção dos seus direitos, ora invertia-se o rumo. Seguindo a datação apresentada por Guimarães², a legislação civil que enquadra a mulher portuguesa pode ser dividida em cinco períodos: i) o primeiro inicia-se no final da época medieval, sob a égide das Ordenações Afonsinas; ii) o segundo aparece com o liberalismo (Código Civil de 1867); iii) o terceiro surge com a implantação da I República em Portugal, iv) o quarto coincide com o começo da II República; v) o último emerge com a III República.

Nas linhas que se seguem, centradas no papel das mulheres portuguesas durante a I e II República, procura-se apresentar e explicar a sua participação política, com especial enfoque no período que foi investigado pelo autor, a II República portuguesa. Para isso, foi fundamental analisar a bibliografia

2 Elina Guimarães, «A mulher portuguesa na legislação civil», *Análise Social* 22, n^{os} 92-93 (1986): 557, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223552761S9jHG4vr3Ci53FM9.pdf>.

publicada sobre o período em estudo e recorrer às fontes disponíveis nos arquivos³.

Neste estudo⁴ pretende-se aferir o grau de participação das mulheres portuguesas nas eleições presidenciais de 1958 em Portugal, através do recurso às fontes primárias na imprensa portuguesa: Diário de Lisboa, Novidades, República, o Distrito de Portalegre e a Rabeca. Seguidamente, e após uma análise exaustiva das publicações entre os dias 3 de maio e 8 de junho, reconstituiu-se as comissões de senhoras de apoio aos candidatos oposicionistas, Arlindo Vicente e Humberto Delgado. Por último, recorreu-se à elaboração de gráficos comparativos, de forma a compreender os níveis de participação de homens e mulheres nas eleições de 1958. Relativamente ao posicionamento político dos jornais, analisou-se em termos quantitativos o seu envolvimento nas eleições e estabeleceram-se explicações para o sucedido.

2. A emancipação feminina durante a I República

Em 1907, através da sapiência de algumas mulheres, nasceu o Grupo Português de Estudos Feministas⁵ liderada pela intelectual Ana de Castro Osório (escritora). Depois de vários séculos, cujas limitações de direitos e liberdades eram sobejamente conhecidas, a instrução era considerada a melhor estratégia para emancipar as mulheres em Portugal. Mais tarde, em 1909, nasceu a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas fundada por Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Virgínia de Castro Almeida, Maria Veleda, Fausta Pinto, Adelaide Cabete e Angelina Porto⁶.

³ Arquivo da plataforma Casa Comum, disponibilizada a reprodução e descrição de documentos custodiados pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Portugal; Arquivo do Fundo Local da Biblioteca Municipal, Portalegre-Portugal, Câmara Municipal de Portalegre; Arquivo da Hemeroteca Digital, sítio da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML) – Portugal. Câmara Municipal de Lisboa.

⁴ Este artigo não decorre de nenhum projeto de investigação, ele resulta do interesse do investigador.

⁵ Carolina Beatriz Ângelo (médica) e Adelaide Cabete (médica) acompanharam Ana Osório neste movimento feminista.

⁶ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios* (Lisboa: Estudos e Investigações, 2002), 32.

A liga foi uma importante organização que lutou pelos direitos das mulheres e pelo reconhecimento da sua participação na sociedade. Numa análise fina, os objetivos da liga centravam-se na educação/instrução e no encaminhamento das mulheres para o republicanismo democrático. Mais uma vez, a feminista Ana de Castro Osório, assumiu o protagonismo do movimento, em estreita ligação com o republicano António José de Almeida. De acordo com o exarado por Maria Reynolds de Souza⁷, em 1910 a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) entregou uma petição a pedir o voto para as mulheres que fossem detentoras dos seguintes requisitos: comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, escritora, detentora de um curso científico ou literário. Estávamos, portanto, na presença de um feminismo elitista⁸ com objetivos bem definidos e distante do radicalismo de outros movimentos. A estratégia de atuação sofreu importantes influências de alguns países localizados na Europa e na América do Norte. Desde os primórdios que a Liga lutou contra a precariedade laboral, a prostituição e a mendicidade que assolava as ruas de algumas cidades portuguesas. Paralelamente a estas reivindicações, o direito ao voto surgia como um momento de emancipação da mulher numa sociedade devidamente hierarquizada.

Em 1911 é apresentada uma Representação a Teófilo Braga a requer o direito de voto para aquelas mulheres que reunissem as seguintes condições: contribuições diretas para o país; exercer profissões científicas ou literárias; aquelas que são independentes moral e economicamente. A implantação da I República portuguesa foi preponderante no processo de emancipação das mulheres em Portugal. Por esta via, procurou-se criar uma sociedade laica assente nos valores da revolução francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Pode-se afirmar que I República Portuguesa enalteceu o patriotismo e subtraiu a formação cívica da ideia de Deus, valorizando, desta forma,

7 Maria R. Souza, *A concessão do voto às mulheres portuguesas* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006), 11.

8 Maria Regina Silva, «A liga Republicana das mulheres Portuguesas na voz de mulheres escritoras do início do século XX», *Análise Social* 19, n.ºs 77-78-79 (1983): 875, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf>.

o foro íntimo dos cidadãos, assente numa visão puramente laica. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão⁹, a República trouxe, consigo, a capacidade de regenerar a vida portuguesa. No seguimento desta premissa, Rui Ramos¹⁰ apresentou as causas dos republicanos: uma moral da virilidade, o antijesuitismo e a estatização do cristianismo. Para o autor, os republicanos pretendiam libertar as mulheres das amarras dos jesuítas, para isso, consideravam que era importante promover a condição da mulher para evitar que voltassem a ser manipuladas pelos padres católicos, assim, a escolarização era o caminho para o alcançar. Não se pode afirmar que os republicanos eram defensores do feminismo que proliferava em França, uma vez que o objetivo central era limitar a ação do cristianismo em Portugal. Como se depreende, há uma clara tentativa de fortalecer o poder político diante do poder espiritual, tornando a igreja católica num Estado dentro de um outro Estado. No que diz respeito aos direitos e garantias individuais, a Constituição da República Portuguesa de 1911, no título II, direitos e garantias individuais, anunciava que não admitia privilégio de nascimento, nem foros de nobreza. Assim, ordenava-se a dissolução dos títulos nobiliárquicos e de conselho e as ordens honoríficas, sendo revogadas as suas prerrogativas e regalias.

Proclamada a I República Portuguesa no dia 5 de outubro de 1910, seguiram-se diversas iniciativas que puseram termo à influência do cristianismo nas políticas estatais, através de uma lei que surgiu no dia 3 de novembro de 1910 –a lei do Divórcio–.

Pouco depois de proclamada a República, logo a 3 de Novembro de 1910, foi promulgada a Lei do Divórcio, que, pela primeira vez, era estabelecido, embora se mantivesse a separação judicial de pessoas e bens em atenção aos escrúpulos dos católicos. Esta lei, sem todavia o declarar expressamente, estabelecia igualdade entre os cônjuges. O adultério do marido era regulamentado nos mesmos termos que o adultério da mulher, sem necessidade das agravantes exigidas pelo Código

9 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (Lisboa: Verbo, 2001), 23.

10 Rui Ramos, *Historia de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926) direção de José Mattoso* (Lisboa: Circulo de Leitores, 1994), 404-407.

Civil. Também não havia discriminação, após o divórcio ou a separação judicial, quanto aos direitos dos pais sobre os filhos¹¹.

3. As mulheres portuguesas na II República Portuguesa

Com a implantação do Estado Novo em Portugal, que durou de 1933 a 1974, legitimado através da Constituição da República Portuguesa de 1933, idealizou-se uma sociedade diferente daquela que foi concebida pela I República, cuja emancipação da mulher parecia dar os seus primeiros passos. Contudo, com a aparecimento da II República, o trabalho da mulher fora do seu lar era visto como uma atitude que fragmentava a família portuguesa e tornava-a pouco funcional. De acordo com António de Oliveira Salazar, a mulher não devia trabalhar fora do seu lar para não prejudicar a vida comum e a educação das crianças estava a seu cargo. O estadista dava primazia ao funcionamento da economia doméstica, nomeadamente: alimentação, vestuário e à limpeza da casa.

Como era bem evidente nos discursos de António de Oliveira Salazar, só o trabalho doméstico dignificava a mulher e, conseqüentemente, a família¹². Estamos, portanto, numa pura intromissão na esfera privada das famílias, desacreditando-a na sua orgânica e nas suas funções primordiais –a puericultura–¹³.

Segundo Rodrigues¹⁴, o modelo de mulher ideal no Estado Novo era a mulher dos três KKK: Kinder, Kuche, Kirche (filhos, cozinha, igreja). Esta doutrina, de forte inspiração nazi e fascista, era sustentada pela doutrina da igreja Católica. O surgimento da Concordata em 1940 foi um momento crucial para o doutrinamento desta visão, uma vez que os casamentos celebrados pela igreja católica não podiam ser anulados pela

11 Guimarães, *A mulher portuguesa na legislação civil...*, 564.

12 António Salazar, *Discursos e notas políticas 1928 a 1966* (Coimbra: Coimbra Editora, 2015), 115.

13 Hélder Henriques et al., «Sob A Lente de uma Médica nos Alvores do Estado Novo. Apontamentos de Puericultura», *Revista Multidisciplinar em Educação* 7 (2020): 691, <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5135>

14 Julieta de A. Rodrigues, «Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares», *Análise Social* n^{os} 77-78-79 (1983): 910, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465507M8cCF5kg8Oz43DK8.pdf>.

justiça civil. Segundo Manuel Braga da Cruz¹⁵, o Estado Novo pôs termo à questão religiosa causada pelo liberalismo e pela revolução republicana. Estávamos, portanto, na presença de um homem novo «expurgado dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da contaminação marxista, esse ser reintegrado, por ação tutelar e condutora do Estado, no «verdadeiro espírito da nação»¹⁶. Segundo a historiadora Irene Pimentel¹⁷, António de Oliveira Salazar nos seus discursos valorizava e reconhecia a importância social e económica da mulher, sobretudo, nas hercúleas tarefas femininas no lar. Esta estratégia visava obter o apoio das mulheres no combate ao liberalismo, uma vez que este mantinha o trabalho doméstico como invisível. O papel das mulheres era amplamente definido pela ideologia conservadora e patriarcal do regime salazarista e enfatizava uma visão tradicional da família e da mulher, enquanto mãe e dona de casa. Estava relegada a desempenhar um papel secundário na esfera pública, sendo desencorajada de participar em atividades políticas e nalgumas atividades profissionais. Estávamos, portanto, perante uma visão conservadora e restritiva dos papéis de género que era sustentada pelas políticas governamentais.

A legislação trabalhista que limitava o emprego feminino em setores certos e a exigência de autorização conjugal para as mulheres casadas trabalharem. A educação era considerada importante para as mulheres, contudo, centrava-se, quase exclusivamente, na formação de mães e donas de casa exemplares. Por conseguinte, a educação feminina era orientada para ensinar as habilidades domésticas e os valores morais; desta forma, estavam limitadas as oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional das mulheres. O sistema educativo português, nomeadamente a educação feminina¹⁸,

15 Manuel Braga da Cruz, «As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940», *Análise Social* 32, n.ºs 143-144 (1997): 815, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793712C5wMG9pn8Pj18SG5.pdf>

16 Fernando Rosas, *Salazar e os Fascismos - ensaio breve de história comparada* (Lisboa: Tinta da China, 2019), 228.

17 Irene Pimentel, «Contributos para a história das mulheres no Estado Novo: as organizações femininas do Estado Novo: a “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina”»: 1936-1966» (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1996), 27, <http://hdl.handle.net/10362/115845>.

18 Isabel Rodrigues Sousa, «Educação Feminina no Estado Novo (1938-1948): impacto na imprensa periódica» (Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do

era difundida pelos periódicos enquanto veículos de propaganda salazarista.

De acordo com Helena Melo¹⁹, no Estado Novo existiram dois tipos de organizações constituídas essencialmente por mulheres. As primeiras organizações defendiam o pleno direito de cidadania das mulheres, e as segundas eram constituídas pelo regime para sedimentar a doutrina do regime através do controlo e disseminação dos valores morais. Durante a vigência do Estado Novo em Portugal, existiram algumas organizações femininas que desempenharam papéis importantes na promoção dos ideais e das políticas do regime. Essas organizações foram concebidas e apoiadas pelo governo como forma de controlar e direcionar a participação das mulheres numa sociedade, cuja obrigatoriedade de prestar assistência pública tinha deixado de ser um dever do Estado²⁰, conforme consta na Constituição da República Portuguesa de 1933. Assim, no ano de 1936 nasceu a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN²¹) e em 1937 surgiu a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF²²), através da iniciativa do ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco. Fundada em 1936, a OMEN foi uma organização criada durante o período do Estado Novo em Portugal, que tinha como o objetivo promover a educação e a formação das mães portuguesas, de acordo com a ideologia do regime autoritário. Tal como outras organizações, que serviram para disseminar a ideologia do Estado e controlar a sociedade, a principal missão da OMEN era instruir as mulheres sobre o seu papel na sociedade e na família, enfatizando a importância da maternidade e da educação dos filhos para a construção de uma nação forte e coesa, em que o bem da nação se sobrepunha aos direitos individuais. Os

Porto, 2019), 15, <https://hdl.handle.net/10216/122635>.

19 Helena Pereira de Melo, *Os direitos das mulheres no Estado Novo* (Coimbra: Almedina, 2017), 167.

20 Irene Pimentel, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», *Análise Social* 34, (1999): 479, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799127Z7uLZ4su1Vg14KQ1.pdf>

21 A OMEN foi criada pelo Decreto n.º 26 893 de 15 de agosto de 1936, com a missão de estimular a ação educativa da família em estreita colaboração com a escola.

22 A MPF foi criada através do Decreto-Lei n.º 28 262 de 8 de dezembro de 1937, com o objetivo de desenvolver nas jovens portuguesas a formação do caráter, o desenvolvimento físico e a devoção à pátria.

princípios morais, religiosos e tradicionais, bem como o papel central da família na formação dos indivíduos, eram as causas defendidas pela organização que se disseminava pelo território nacional através de uma rede de delegações locais. A OMEN desenvolvia atividades e programas de formação para as mulheres, incluindo palestras, cursos, sessões de esclarecimento e distribuição de materiais educativos, cujo ênfase assentava na educação moral e cívica, no ensino doméstico e nas práticas de higiene e saúde.

Paralelamente a estas iniciativas, a organização apoiava financeiramente as famílias mais carenciadas, atribuindo subsídios para o vestuário e alimentação dos filhos e atribuía bolsas de estudo para o ensino. No mesmo alinhamento que a OMEN, em 1937 foi fundada uma organização juvenil feminina, a MPF. Inspirada no modelo da juventude hitleriana alemã, destinava-se às jovens do sexo feminino entre os 14 e 21 anos. A MPF tinha como objetivo principal promover a formação moral, física e cívica dos seus membros, inculcando-lhes os ideais do regime salazarista. Pretendia-se que a nova mulher portuguesa fosse uma boa esposa, uma boa mãe²³, uma boa doméstica e uma boa cidadã cristã, longe de qualquer intervenção política, uma vez que esse papel estava, quase exclusivamente, reservado aos homens. As atividades da organização envolviam treinos físicos, formação ideológica, educação patriótica, atividades sociais e culturais, além de eventos cívicos e desfiles. A participação na MPF tinha um caráter obrigatória para os jovens portugueses e era uma forma de controle e doutrinação por parte do Estado Novo. Os seus membros eram incentivados a adotar valores tradicionais, tais como: obediência, disciplina, lealdade ao Estado e a devoção a António Salazar.

Segundo a historiadora Irene Pimentel²⁴, todas as atividades e iniciativas eram instrumentos de inculcação de uma moral e ideologia política, sustentados por um conjunto de publicações que transmitiam os valores e os comportamentos

23 Irene F. Pimentel, *Mocidade Portuguesa Feminina* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007), 181.

24 Irene F. Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo* (Lisboa: Circulo de Leitores, 2000), 195.

considerados fundamentais para o funcionamento do Estado. Desta forma, a MPF promovia o nacionalismo, o patriotismo e os valores tradicionais e preparava as jovens para serem boas esposas, mães e defensoras do regime. As organizações acima destacadas, eram supervisionadas e controladas pelo Estado, servindo como instrumentos de propaganda e controle social, cujo propósito principal era moldar e direcionar a participação das mulheres na sociedade, de acordo com os ideais e objetivos do Estado Novo. Estas organizações assumiram um caráter funcionalista e assumiram que a formação da mulher deveria seguir as seguintes premissas: servir o país, a comunidade e a família; com isto, secundarizava-se a formação da mulher na sua plenitude.

No entanto, nem todas as mulheres portuguesas se identificavam e participavam nessas organizações. Houve, também, mulheres que enfrentaram o regime, lutaram por direitos e igualdade, e envolveram-se ativamente em movimentos de resistência. Algumas delas, conseguiram resistir e desafiar o «*status quo*» imposto pelo Estado Novo, apesar de sofrerem todas as consequências previamente definidas. Segundo Maria Manuela Tavares²⁵, durante o Estado Novo vigorou um feminismo «tácito» o qual se determina pela na acção de muitas mulheres, que apesar de não serem feministas, reivindicavam os seus direitos numa atitude de inconformismo perante uma sociedade que estabelecia padrões comportamentais diferentes entre os géneros. Estávamos, portanto, perante uma sociedade devidamente hierarquizada e em estreita sintonia com outros regimes políticos similares. A Constituição da República Portuguesa de 1933 e o posicionamento dogmático da Igreja Católica assumiram a figura do homem como autoridade máxima nos lares portugueses e remeteram para um segundo plano esta «nova mulher»; enfatizava-se, assim, uma sociedade cada vez mais hierarquizada. Apesar dessa constatação, após a II Guerra Mundial houve um protagonismo feminino singular em atividades humanitárias, pacifistas e feministas na luta

25 Maria Manuela Tavares, «Feminismo em Portugal (1947-2007)» (Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 2008), 74. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf>.

política contra o regime autoritário. A historiadora Vanda Gorjão²⁶ analisou as histórias de vida de algumas mulheres de classe média/alta, ficando bem patente o momento que iniciaram o seu percurso oposicionista e o seu impacto nas dinâmicas familiares. De acordo a autora Cecília Honório²⁷, algumas mulheres da elite²⁸, devidamente instruídas, lutaram contra o regime político através do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ). Embora o Estado Novo tenha tentado restringir o papel das mulheres à esfera doméstica, muitas encontraram maneiras de cumprir papéis importantes nas áreas da saúde, da assistência social, da educação, das artes, da literatura, da ciência, ou até mesmo na política.

4. A condição política das mulheres portuguesas no Estado Novo

As eleições presidenciais em Portugal no ano de 1958 foram marcadas por uma série de acontecimentos que ameaçaram a sobrevivência do Estado Novo; naturalmente, e como sucederam em eleições presidenciais anteriores, surgiram vários candidatos presidenciais afetos à oposição, enquanto o regime em vigor escolhia um candidato que garantisse a continuidade das políticas vigentes. Assim, nas eleições presidenciais ergueram-se três candidatos: i) Humberto Delgado; Arlindo Vicente; Américo Thomaz. Nas eleições presidenciais anteriores, os candidatos oposicionistas abdicaram da sua candidatura durante o período de campanha. Contrariando esta tendência, Humberto Delgado, o Independente, não desistiu. Mais tarde, o general obteve o apoio do candidato da Oposição Democrática, Arlindo Vicente²⁹. Assistiu-se, pela primeira vez, desde 1949, à união das diferentes correntes oposicionistas³⁰ o que originou grandes manifestações de apoio ao candidato da oposição, o general sem medo, Humberto

26 Gorjão, *Mulheres em tempos sombrios...*, 40.

27 Cecília Honório, *Mulheres contra a Ditadura* (Lisboa: Bertrand Editora, 2014), 7.

28 Filhas de republicanos oposicionistas, de juizes, de médicos, de advogados, de militares, entre outras.

29 João Alves Falcato, *A candidatura de Arlindo Vicente nas «eleições de 1958»* (Lisboa: Edições Avante, 2018), 204.

30 António Ventura, *História de Portugal. O «Estado Novo» (III)* (Alfragide: Ediclube, 1980), 219.

Delgado. Relativamente ao candidato oficial do regime, a escolha do presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, recaiu no general Américo Thomaz, uma vez que esta candidatura garantia a subserviência e continuidade do regime político³¹. A falta de confiança no atual presidente da República, Craveiro Lopes, fez com que António de Oliveira Salazar não optasse pela sua recandidatura.

Segundo a historiadora Nair Alexandra³², estas eleições presidenciais são vistas com um momento de alguma liberdade da imprensa, daí alguns jornais terem tirado o máximo partido dessa abertura. É certo que esta tolerância foi devidamente acompanhada pela censura, que autoriza ou proibia, total ou parcialmente, as publicações sobre as eleições presidenciais de 1958. Alguns jornais de âmbito nacional, como o República e o Século³³, foram bastante visados pela censura que evitava que as candidaturas da oposição obtivessem mais apoio popular. Para o historiador Sérgio Campos³⁴, o resultado das eleições presidenciais de 1958 foi uma autêntica mentira, apesar de serem consideradas pelo regime Salazarista como um momento importante para «democratizar» o regime perante o olhar atento da comunidade internacional, estas eleições foram uma verdadeira farsa. Muitos episódios, verdadeiramente caricatos, foram apresentados pelo general Humberto Delgado no ato de impugnação das eleições dirigido ao então presidente da República, Craveiro Lopes. Assim, foi permitido, nalguns casos, uma certa liberdade de manifestação pública aos candidatos presidenciais, mas com as devidas excecionalidades.

O acesso ao voto para as mulheres durante o Estado Novo em Portugal era permitido, contudo, estava sujeito a determinadas restrições e requisitos específicos, impossibilitando,

31 Orlando Raimundo, *O último salazarista - a outra face de Américo Thomaz* (Lisboa: D. Quixote, 2017), 73.

32 Nair Alexandra, *As Eleições de 1958 e a Imprensa Portuguesa. Colectânea de documentos censurados* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1998), 7.

33 Mário Matos e Lemos, *Jornais diários portugueses do século XX Um dicionário* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020), 554.

34 Sérgio Campos, *A Verdade da Mentira - As eleições presidenciais de 1958* (Porto: 5 Livros, 2023), 45.

assim, o acesso massificado ao exercício. De acordo com o exarado na lei nº 2.015, de 28 de maio de 1946, as mulheres para exercer o direito de voto tinham de ter determinados requisitos: i) ser maior ou emancipada e detentora de habilitações mínimas³⁵; ii) saber ler e escrever português e pagar uma contribuição predial de valor igual ou superior a 200\$00. O primeiro requisito estava reservado para as mulheres que não estavam casadas, ao invés, o segundo está direcionado às mulheres casadas. Salienta-se o facto de ser exigido às mulheres uma contribuição predial que corresponde ao dobro daquilo que era exigido aos homens que não soubessem ler e escrever. As mulheres teriam de cumular os dois requisitos, o financeiro e o académico. O envolvimento das mulheres na campanha eleitoral para as presidenciais de 1958 foi uma realidade, como evidenciaram alguns jornais na época. Os dois candidatos oposicionistas alicerçaram as suas candidaturas nas comissões de apoio, cujo auxílio foi fundamental para angariar dinheiro para custear todas as despesas³⁶, distribuir os boletins de voto, copiar os cadernos eleitorais, divulgar os ideais do candidato, participar ativamente nas sessões de campanha, entre outras.

5. A participação das mulheres portuguesas na campanha eleitoral de 1958

A participação das mulheres na campanha eleitoral era amplamente difundida por alguns jornais nacionais que, sendo visados pela censura, não se coíbiam de dar uma enorme cobertura às eleições presidenciais. Algumas mulheres participavam nas ações de campanha e outras redigiam artigos de opinião abonatórios para os candidatos da oposição, como sucedeu recorrentemente com Maria Isabel Aboim Inglês. O posicionamento ideológico e as suas ações políticas fizeram com que fosse alvo de repressão pelo regime político, cuja prisão foi um desfecho mais que provável. Como forma de acentuar o

35 Curso geral dos liceus; Curso do magistério primário; Curso das escolas de belas-artes; Cursos do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto; Cursos dos institutos industriais e comerciais.

36 Recorde-se: a impressão e distribuição dos boletins de voto era uma tarefa dos candidatos da oposição, enquanto o candidato oficial do regime tinha todo o apoio das estruturas do regime. Estima-se que impressão e distribuição dos boletins de voto do candidato Arlindo Vicente estava orçamentada em cerca de 200 mil escudos.

caráter repressivo das suas penas, e apesar de ser viúva e ter a seu cargo filhos, foram-lhe retirados os meios de subsistência. Impossibilitada de sair de Portugal para lecionar no Brasil, e sem meios de subsistência, Maria Isabel Aboim Inglês, decidiu abrir um atelier de costura e continuou a dar explicações aos seus estudantes.

Mais tarde, na década de sessenta, viu retirados os direitos políticos, o que a impediu de integrar as listas da Comissão Democrática Eleitoral por Lisboa. No dia 12 de maio, o Diário de Lisboa noticiava o apoio de Maria Isabel Aboim Inglês ao candidato Arlindo Vicente. Nesta notícia, o periódico informava que os serviços de candidatura de Arlindo Vicente tinham recebido um documento intitulado: «Razões de uma prepotência». Neste documento, a autora põe em causa os argumentos utilizados pelos defensores do Estado Novo, nomeadamente, a afirmação que as divergências de opinião levam à destruição da unidade nacional, construída com tanto sacrifício pelos portugueses. Aliás, a autora, vai mais longe nas suas afirmações e escreveu de forma incisiva que a ordem criada pelo Estado Novo deu origem à corrupção e a uma paz podre que aniquilou o agregado social. Por sua vez, no dia 13 de maio, o jornal República publicou a entrevista de Maria Isabel Aboim Inglês: «Pronuncio-me pela unidade dos portugueses e pela candidatura do sr. dr. Arlindo Vicente que, a meu ver, melhor exprime – afirmou-nos a sr.^a D. Maria Isabel Aboim Inglês»³⁷. Nesta peça jornalística, enaltece-se a figura excecional de Maria Aboim Inglês, uma mulher cristã repleta de coragem para intervir na vida política. Sendo considerada um exemplo para muitas mulheres portuguesas, enquanto professora universitária, pedagoga e ativista feminista destaca-se, ainda, a sua representação na Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática. Nesta entrevista, Maria Aboim Inglês lamentava não ter sido possível reconstituir uma unidade oposicionista desde 1949, que tivesse força para dar um novo rumo ao país e acabasse de vez com a pobreza. Apelava à luta contra o despotismo e a prepotência que o Estado Novo criara para dar origem a nova sociedade. Perante tamanhas

³⁷ *República*, n.º 9836 de 13 de maio de 1958, 1.

críticas, a entrevistada põe em causa a Constituição de 1933, considerando-a um instrumento jurídico de martírio para a população. Neste enleio, propôs a revisão do art.º 8.º, garantindo, assim, a unidade nacional. Ainda nesta edição, merece destaque a notícia publicada na página 7: «Uma exortação às mulheres portuguesas do candidato sr. dr. Arlindo Vicente». Nesta peça jornalística, a redação publicou um documento exarado pelos serviços de candidatura de Arlindo Vicente, no qual é enfatizado o papel de enorme relevância que as mulheres desempenham na sociedade portuguesa. Enaltece-se a luta das mulheres para libertar as famílias do regime que teima em denegrir a dignidade humana, cujo papel secundário da mulher tem impossibilitado alcançar a liberdade. Reforça, ainda, a ação da mulher enquanto mãe, criadora e educadora da sociedade que está em dívida para com ela, uma vez que todos aqueles que lutaram pela pátria a ela lhes devem a vida. Por último, os serviços de candidatura fazem um apelo à luta de todas as mulheres portuguesas porque elas são o lar, o pão, a paz e o amor da família.

No dia 14 de maio, nas páginas 1 e 5, o República dava destaque a uma outra opositora ao Estado Novo, a professora Esmeralda de Castro e Silva. Sem qualquer hesitação, a professora manifestava-se em nome das mulheres portuguesas que sofriam, e declarava que também eram consideradas mulheres portuguesas todas aquelas que estavam em desacordo com o Estado Novo. Por conseguinte, a professora criticou o discurso publicado no Diário de Notícias de uma apoiante do Estado Novo, Fernanda Jardim, a qual afirmou que queria Salazar a governar Portugal. Ainda, na edição do dia 14 de maio, Esmeralda de Castro e Silva, manifestava o seu apoio ao general Humberto Delgado.

E dando a minha solidariedade à causa que o sr. General Humberto Delgado representa, e bem assim à de muitas outras senhoras que ofereceram as suas aptidões aos serviços de candidatura, eu, que não tenho famílias a soldo do Estado Novo e disfrutando, conseqüentemente, as suas benesses para servilmente fazer o seu elogio, devo declarar que toda a mulher que se preza não pode nem deve ficar indiferente

perante o desassombro e o nobre civismo do ilustre candidato à Presidência da República³⁸.

No dia 15 de maio, no jornal República, os serviços de candidatura do candidato Humberto Delgado enviaram para a redação um comunicado sobre as mulheres portuguesas. Nesse comunicado, há uma clara tentativa de conquistar o apoio das mulheres portuguesas que vivem encarceradas no lar, sendo, necessariamente, importante reconquistar o direito à cultura e alargar as atividades do espírito. Pretende-se de criar condições para a emancipação das mulheres, cuja cultura seria um meio fundamental para a conseguir alcançar. Maria Laura Pinto, licenciada em farmácia, publicou no jornal República, dia 17 de maio, um texto opinativo sobre a situação das mulheres portuguesas. Neste texto, a autora congratulou-se pela existência de uma carta publicada neste mesmo jornal, no dia 14 de maio sobre a discordância de algumas mulheres portuguesas com as políticas seguidas pelo Estado Novo. Aplaudiu, ainda, a criação de uma prestigiada comissão de apoio ao candidato Humberto Delgado, composta por 14 mulheres da Cidade Universitária portuguesa. No final do seu texto, a signatária apelou ao voto de todos os homens e todas as mulheres no general, uma vez que esta seria a única forma para alcançar a igualdade de direitos, num país que deveria olhar para o futuro e não para o passado. Concomitantemente, incitou todos os corajosos a ir às urnas para lutar pela pátria, pela república e por uma imprensa livre.

38 Esmeralda de Castro e Silva, «Também são portuguesas e das melhores as senhoras que estão em discordância com o Estado Novo», *República*, n.º 9837, de 14 de maio de 1958, 1.



Figura 1. Capa do *Jornal República*, nº 9840 (17 de maio de 1958): 1, relacionada com o envolvimento das mulheres portuguesas na campanha eleitoral presidencial de 1958.

Fonte: *Jornal República*, nº 9840 (17 de maio de 1958): 1, depositada no arquivo da plataforma Casa Comum, disponibilizada a reprodução e descrição de documentos custodiados pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso, Portugal.

No diário *Novidades*, dia 2 de junho, o jornal deu destaque à intervenção de uma apoianta do regime Salazarista - Delmira Gerales Pires. Defensora da manutenção do Estado Novo, afirmava ser fundamental prosseguir a obra de ressurgimento espiritual e material da nação, que permita a realização humana dos portugueses. Asseverou que só a manutenção do regime político vigente iria permitir ter pão em todos os lares, uma habitação para todas as famílias, uma educação de acordo com os valores da sociedade, assistência para todos os doentes, a liberdade para todos os espíritos e paz para todas as almas. Defendeu, ainda, não

querer ser mais uma peça manobrada pelo comunismo escravizante. No final da sua intervenção, Delmira Pires escreveu que o povo português não se podia iludir com falsas promessas, pois o aumento de nível de vida, a subida de ordenados e salários e a melhoria das condições de vida tem sido uma das preocupações de Salazar desde o início da sua revolução; por isso, de acordo com a autora, deveria reinar a paz e a ordem para que se conseguissem atingir os objetivos delineados desde os anos trinta.

Ao longo do processo eleitoral, nem todos os jornais de âmbito nacional valorizaram este sufrágio de igual modo, alguns aproveitaram esta abertura do regime para fazer oposição, outros tentaram manter alguma imparcialidade e, nalguns casos, como sucedeu com o jornal *Novidades*, produziram textos de propaganda ao Estado Novo na tentativa de o perpetuar.

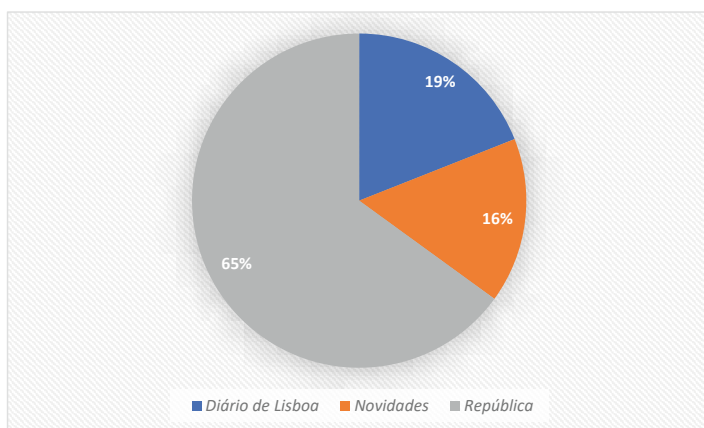


Figura 2: Notícias sobre o processo eleitoral de 1958 nos jornais: *Diário de Lisboa*, *Novidades* e *República*.

Fonte: elaboração do autor do artigo de acordo com a investigação realizada aos jornais *República*, *Novidades* e *Diário de Lisboa*.

De acordo com a figura 2, o jornal *República*, comparativamente com o jornal *Novidades* e o *Diário de Lisboa*, foi o periódico que mais noticiou o processo eleitoral, através de artigos de opinião, entrevistas, material informativo, ou de outra natureza. Esta situação deve-se ao posicionamento ideológico do jornal *República*, uma vez que este se apresentava de forma objetiva como uma voz da oposição ao Estado Novo. Devido a esta postura, o jornal *República* foi visado constantemente pela

censura e muitos dos seus textos acabaram por ser cortados parcialmente ou totalmente. Como forma de contornar esta situação, a edição do jornal mudava com assiduidade as páginas dos textos que eram cortados pela censura. Apesar de alguma imprensa nacional envolver-se ativamente na produção de muitos textos, fossem eles de opinião ou informativos, também a imprensa local deu cobertura à temática.

Assim, foram analisados os dois jornais mais representativos no distrito de Portalegre, o Distrito de Portalegre e a Rabeca, apesar de serem diminutas as peças jornalísticas publicadas pelos dois jornais. O jornal o Distrito de Portalegre, ideologicamente ligado à igreja católica³⁹, procurou, desde logo, influenciar o eleitorado para votar no candidato oficial do regime, Américo Thomaz. Por conseguinte, no dia 7 de junho, vésperas das eleições, o Distrito de Portalegre publicou um artigo de opinião, assinado por Aug. D. Lopes, o qual chama a atenção aos eleitores para comparecerem em massa na votação, uma vez que esta era considerada fundamental para os destinos do país. Por isso, os cidadãos não deviam ficar indiferentes ao ato eleitoral e deviam votar em consciência, sem esquecer a matriz cristã que conduziu o país há cerca de oito séculos. Apelava, ainda, ao combate ao materialismo e à riqueza fútil, em prol de uma filosofia cristã, cuja formação deveria assentar na preparação moral, espiritual e intelectual da juventude.

Por sua vez, o jornal a Rabeca, constantemente visado pela censura, apoiou a candidatura oposicionista em 1949 de Norton de Matos, e 1958 apoiou Humberto Delgado⁴⁰. Para além da defesa dos interesses locais, a Rabeca imiscui-se em assuntos da vida política nacional, como aconteceu com as eleições de 1958. No dia 14 de maio, o semanário publicou um artigo intitulado: «Fidelidade à Democracia». Nesta peça jornalística, cujo autor é desconhecido, defendeu a liberdade e a democracia para Portugal, após tantos anos de restrições a vários níveis. Defendeu uma união sólida do republicanismo

39 Sérgio Campos, *Em memória dos cidadãos eleitos no Alto Alentejo: o processo eleitoral autárquico no distrito de Portalegre após a democratização (12-12-1976)* (Lisboa: Colibri, 2020), 67.

40 António Ventura, *Portalegre. Roteiros Republicanos* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 109.

português e argumentou que não defendia o Diretório Social Democrata, o Partido Republicano, a esquerda ou a direita, pugnava, sim, pela liberdade. Apreciadas as duas candidaturas da oposição, Arlindo Vicente e Humberto Delgado, o autor defendeu a união da oposição para aumentar as possibilidades de vencer as eleições, uma vez que as divisões só favoreciam o candidato oficial do regime, Américo Thomaz.

O nosso candidato é a liberdade. Por isso deveremos opor-nos a todas as tentativas tendentes a que se abra uma guerra entre os dois candidatos oposicionistas. Afinal, com ligeiras variantes, os programas apresentar-se-nos, no ponto de vista interno, com idênticos propósitos. Em face desta constatação parece-nos que o mais prudente é a ação da unidade, agora mais necessária do que nunca⁴¹.

Para compreender melhor o envolvimento das mulheres no processo eleitoral, e após uma meticolosa investigação nalguns jornais da época de âmbito nacional - Novidades, República e Diário de Lisboa, reconstituíram-se as comissões de senhoras de apoio dos candidatos da oposição, Humberto Delgado e Arlindo Vicente. Analisados os três jornais entre os dias 3 de maio e 8 de junho de 1958, divulgam-se as comissões de senhoras⁴² que apoiavam Humberto Delgado e Arlindo Vicente a nível nacional e local:

i) Comissão Nacional de Senhoras de Apoio à candidatura do general Humberto: Adelaide Estrada; Alice Baptista da Rocha Silva; Berta Mendes; Dulce Soromenho; Filomena de Sousa Vilarinho; Joaquina Odete Sousa Mayor; Laura Guilhermina Mourão; Lígia Fernandes Azevedo; Maria do Amparo Barreira da Fonseca; Maria Rita Rolão Preto; Maria Ângela de Ataíde Fernandes; Maria Amélia Abreu; Maria da Glória Ramos Ataíde Fernandes; Maria Vitória Palmira Cal; Maria Antonieta Ferreira Pedrosa Rego; Maria Lucília Miranda Santos; Sílvia Nunes da Silva Cabral; Sofia Domingues da Silva Santos; Vanda Adão e Silva; Violinda Morais. (fonte: jornal Novidades, jornal República e Diário de Lisboa).

⁴¹ «Fidelidade à Democracia», *Rabeca*, n.º 1984 de 14 de maio de 1958, 1.

⁴² Optou-se por retirar os títulos académicos ou profissionais, uma vez que os jornais nem sempre os apresentavam.

Para além da Comissão Nacional, há registo nos jornais do apoio que algumas senhoras prestavam ao candidato Humberto Delgado no território ultramarino e a nível local: Ana Barbosa (Cabo Verde, S. Vicente); Cristina Torres (Figueira da Foz, Coimbra) e Francisca Moreira Vasconcelos (Santo Tirso, Porto).

ii) Comissão de Senhoras de Apoio ao candidato Arlindo Vicente: Elvira Monteiro (Aveiro); Margarida Morgadinho Faustino (Aljustrel, Beja); Branca da Costa (Coimbra); Eva Amado (Coimbra); Alice Santos (Lisboa); Cesina Bermudes (Lisboa); Ermelinda Cortesão (Lisboa); Hortense de Almeida (Lisboa); Lília da Fonseca (Lisboa); Maria Amélia Alçada da Padez (Lisboa); Maria Elsa Faria (Lisboa); Maria José Rodrigues (Lisboa); Maria Luísa dos Santos Lucas (Lisboa); Maria Teresa Vicente (Lisboa); Hortensa Campos Lima (Lisboa); Aurora Araújo Lima (Porto); Emília Verdial (Porto); Irene Castro (Porto); Maria Alcina Cunha (Porto); Maria Silva (Porto); Maria Virgínia Castro (Porto); Natália David Campos (Porto) Olívia Vasconcelos (Porto). (fonte: jornal Novidades, jornal República e Diário de Lisboa)

Como era expectável, comparativamente à participação dos homens, a participação das mulheres nas comissões de apoio aos candidatos opositoristas, nas eleições presidenciais de 1958 foi bastante exígua, situação que se manteve durante o Estado Novo.

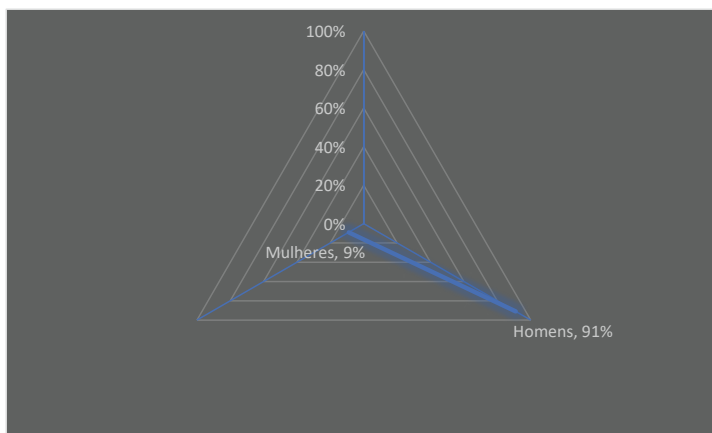


Figura 3: Membros das comissões de apoio ao candidato Arlindo Vicente.

Fonte: elaboração do autor do artigo de acordo com a investigação realizada aos jornais República, Novidades e Diário de Lisboa.

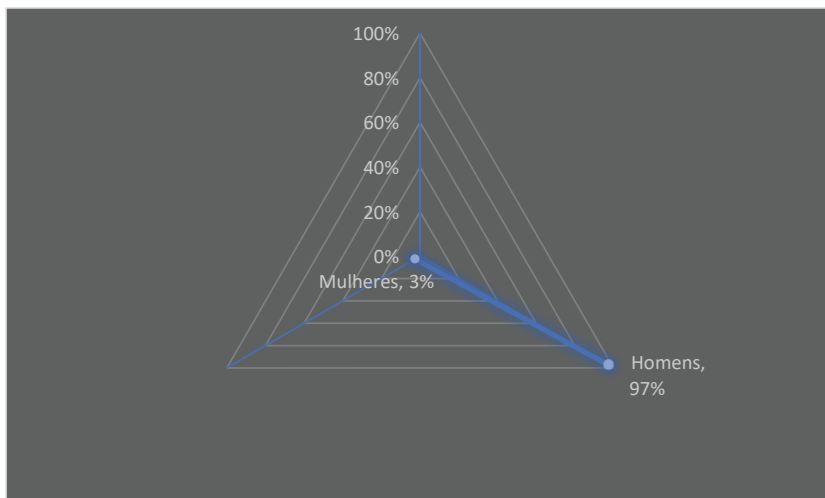


Figura 4: Membros das comissões de apoio ao candidato Humberto Delgado.

Fonte: elaboração do autor do artigo de acordo com a investigação realizada aos jornais República, Novidades e Diário de Lisboa.

Como se pode verificar nas figuras 3 e 4, a participação das mulheres nas comissões de apoio aos candidatos, Humberto Delgado e Arlindo Vicente, foi bastante diminuta. Apesar desse facto, regista-se uma maior participação das mulheres nas comissões de apoio a Arlindo Vicente (9%), comparativamente às comissões de apoio a Humberto Delgado (3%). Se tivermos em consideração que o candidato Arlindo Vicente desistiu da sua candidatura e manifestou o apoio ao candidato Humberto Delgado⁴³ (proclamação conjunta, figura 5), a percentagem de mulheres nas comissões de apoio a Arlindo Vicente ganha outra dimensão, uma vez que até ao dia 8 de junho ainda podiam ter sido criadas mais comissões de apoio.

⁴³ Proclamação conjunta, figura 5.



Figura 5: A união das candidaturas da oposição, Humberto Delgado e Arlindo Vicente.

Fonte: *Jornal República*, nº 9853 de 30 de maio de 1958,1. Depositada no arquivo da plataforma Casa Comum, disponibilizada a reprodução e descrição de documentos custodiados pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso, Portugal.

6. Conclusões

Ao longo do Estado Novo, as eleições presidenciais, legislativas ou locais, foram sempre uma enorme preocupação por parte de António de Oliveira Salazar. Utilizando quase todos os mecanismos que estavam ao seu dispor, o estadista procurou controlar, manipular e falsear todos os processos eleitorais para conseguir a perpetuação do regime político.

As eleições presidenciais de 1958 foram um momento crucial, uma vez que os candidatos da oposição ameaçavam derrubar o regime político autoritário e substituí-lo por um que privilegiasse a liberdade e a igualdade. Perante as condições de vida verdadeiramente angustiantes, em que a pobreza era

abundante na sociedade portuguesa, os candidatos oposicionistas prometiam elevar as condições de vida e emancipar as mulheres.

A participação das mulheres portuguesas nas eleições presidenciais de 1958, assim como nas outras eleições presidenciais anteriores, sempre foi bastante exígua, comparativamente com os homens. À mulher estavam reservadas as funções de natureza familiar e doméstica, remetendo-a para um plano secundário face às funções assumidas pelo homem. Contudo, a legislação permitia a participação das mulheres na vida política, desde que fossem cumpridos critérios de elevada exigência.

Perante uma sociedade cujas taxas de analfabetismo⁴⁴ eram extremamente elevadas, comparativamente com outros países do continente europeu, a instrução pública continuava a ser o resultado da ideologia do Estado Novo. Apesar da Campanha Nacional de Educação de Adultos no Estado Novo⁴⁵, sedimentada com o Plano Nacional de Educação Popular entre 1953 e 1955⁴⁶, os índices de analfabetismo mantinham-se elevados, sobretudo nas mulheres.

As eleições presidenciais de 1958 são vistas pela imprensa oposicionista como uma oportunidade para manifestar o seu posicionamento ideológico, na tentativa de aumentar a oposição dos portugueses face ao Estado Novo. Assim sucedeu com o jornal República, sendo um dos periódicos mais contestatários do regime político, foi constantemente visado pela censura, sendo cortados, parcial ou totalmente, alguns textos. Considerado o jornal da intelectualidade, o Diário de Lisboa com forte pendor oposicionista, aproveitou esta oportunidade para criticar o Estado Novo, contudo, esta atitude foi menos incisiva daquilo que se verificou no jornal República. Embora fossem bastante cautelosos nas críticas ao regime, alguns textos também

44 Rómulo Carvalho, *História do Ensino em Portugal* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011), 771.

45 Daniela P. Silva, «A Campanha Nacional de Educação de Adultos no Estado Novo: uma leitura dos debates parlamentares», *História. Revista da FLUP*, 6 (2016): 73, <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1718>.

46 Decreto-Lei n.º 38968 de 27 de outubro de 1952, emitido pelo Ministério da Educação Nacional.

foram visados pela censura, apesar da tentativa de ludibriar os censores através da frequente alteração da paginação dos textos censurados⁴⁷. Em sentido oposto, alguns jornais tentaram aproximar-se mais do regime político e obter alguns privilégios, caso fosse necessário. Sendo apelidado o órgão oficial da Igreja Católica, o *Novidades*, publicou menos notícias sobre o processo eleitoral e não foi visado pela censura, como se comprova a inexistência da chancela nas páginas do jornal. Os textos que foram publicados assumiram um caráter informativo e opinativo, cuja preocupação recaía sobre a estabilidade e a perpetuação do Estado Novo, uma vez que este garantiria a manutenção dos valores e dos privilégios da Igreja Católica, enquanto igreja oficial do regime político. Através da análise comparativa entre os jornais - *República*, *Novidades* e *Diário de Lisboa*, verificou-se que o jornal que mais publicou sobre as eleições presidenciais de 1958 foi o jornal *República*. As suas publicações representam 65 % do total das notícias, ao invés, as publicações do jornal *Novidades* e do *Diário de Lisboa* correspondem a 19% e 16 %, respetivamente.

As mulheres que participaram nas comissões de apoio tinham níveis de literacia política extremamente elevados, se tivermos em consideração as elevadas taxas de analfabetismo feminino. Tendo em consideração que as taxas de analfabetismo eram muito elevadas na época, os textos que eram publicados nos jornais não eram entendíveis por muitas mulheres. De acordo com a legislação em vigor, as mulheres portuguesas podiam exercer o direito de voto em situações muito excecionais; desta forma, inviabilizou-se a participação da maioria das mulheres na vida política. Pese embora a Constituição da República Portuguesa de 1933 permitisse a liberdade política, ela estava sempre subjugada ao primado dos interesses do Estado. Assim, assume-se que a diminuta participação das mulheres nas eleições presidenciais de 1958 deveu-se a diversos fatores que, interligados, constituem a fundamentação para que a participação fosse exígua, comparativamente com os homens.

47 Tânia Alves, «O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial», *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, (2016): 190, https://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Artigos/RBHMVol5N2016jan_entev%20a%20Jose%20Tengarrinha.pdf.

Por conseguinte, elencam-se os seguintes fatores explicativos para a teoria: elevadas taxas de analfabetismo das mulheres; reduzido acesso à informação disponível; pouco interesse por questões políticas; a legislação limitava o acesso ao voto das mulheres; a sociedade patriarcal «condenava» a participação das mulheres na vida política.

Mais tarde, e após a alteração legislação eleitoral pelo Decreto-Lei nº 43 548, o Chefe de Estado deixou de ser eleito por sufrágio universal para ser indigitado por um colégio eleitoral; contudo, a presença das mulheres na vida política continuou a ser bastante reduzida, apesar de se verificar algumas formas de resistências quer através de publicações na imprensa, quer através de manifestações de rua. No ano de 1965, o colégio eleitoral foi constituído por 585 membros, dos quais sete eram mulheres e, em 1972, o colégio foi constituído por 669 eleitores, entre eles, encontram-se 12 mulheres.

Bibliografia

Fontes primárias

Arquivo da plataforma Casa Comum, disponibilizada a reprodução e descrição de documentos custodiados pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Portugal.

Arquivo do Fundo Local da Biblioteca Municipal, Portalegre-Portugal. *Câmara Municipal de Portalegre*.

Arquivo da Hemeroteca Digital, sítio da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), Lisboa-Portugal. *Câmara Municipal de Lisboa*.

Decreto nº 26 893 de 15 de agosto de 1936.

Decreto-Lei nº 28 262 de 8 de dezembro de 1937.

Decreto-Lei nº 38968 de 27 de outubro de 1952.

Rabeca, nº 1984 de 14 de maio de 1958, 1.

República, nº 9836 de 13 de maio de 1958, 1.

República, nº 9837 de 14 de maio 1958, 1.

República, nº 9840 de 17 de maio de 1958, 1.

República, nº 9853 de 30 de maio de 1958, 1.

Fontes secundárias

Alexandra, Nair. *As Eleições de 1958 e a Imprensa Portuguesa. Colectânea de documentos censurados*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1998.

Alves, Tânia. «O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial». *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, 5, nº 1 (2016): 185-194. https://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Artigos/RBHMVol5N2016jan_entev%20a%20Jose%20Tengarrinha.pdf

Campos, Sérgio. *A Verdade da Mentira. As eleições presidenciais de 1958*. Porto: 5 Livros, 2023.

Campos, Sérgio. *Em memória dos cidadãos eleitos no Alto Alentejo Em memória dos cidadãos eleitos no Alto Alentejo: o processo eleitoral autárquico no distrito de Portalegre após a democratização (12-12-1976)*. Lisboa: Colibri, 2020.

Carvalho, Rómulo. *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

Cruz, Manuel B. «As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940». *Análise Social* 32, nº 143-144 (1997): 815-845. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793712C5wMG9pn8Pj18SG5.pdf>.

Delgado, Iva. *Meu Pai, o General Sem Medo*. Alfragide: Editorial Caminho, 2015.

Falcato, João A. *A candidatura de Arlindo Vicente nas «eleições de 1958*. Lisboa: Edições Avante, 2018.

Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios*. Lisboa: Estudos e Investigações, 2002.

Guimarães, Elina. «A mulher portuguesa na legislação civil». *Análise Social* 22, n^{os} 92-93 (1986): 557-577. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223552761S9jHG4vr3Ci53FM9.pdf>.

Henriques, Hélder, Amélia Marchão, Sérgio Campos y Jussara Pimenta. «Sob a lente de uma médica nos alvares do Estado Novo. Apontamentos de puericultura». *Revista Multidisciplinar em Educação* 7 (2020): 687-709. <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5135>.

Honório, Cecília. *Mulheres contra a Ditadura*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

Lemos, Mário M. *Jornais diários portugueses do século XX Um dicionário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

Melo, Helena Pereira. *Os direitos das mulheres no Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2017.

Pimentel, Irene. «Contributos para a história das mulheres no Estado Novo: as organizações femininas do Estado Novo: a “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Mocidade Portuguesa Feminina”: 1936-1966». Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1996. <http://hdl.handle.net/10362/115845>.

Pimentel, Irene. «A assistência social familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40». *Análise Social* 34 (1999): 477-508. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799127Z7uLZ4su1Vg14KQ1.pdf>.

Pimentel, Irene F. *Mocidade Portuguesa Feminina*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

Pimentel, Irene. *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

- Raimundo, Orlando. *O último salazarista. A outra face de Américo Thomaz*. Lisboa: D. Quixote, 2017.
- Ramos, Rui. *Historia de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926) direção de José Mattoso*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994.
- Rodrigues, Julieta de A. «Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares». *Análise Social* n^{os} 77-78-79 (1983): 909-938. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465507M8cCF5kg8Oz43DK8.pdf>.
- Rosas, Fernando. *Salazar e os Fascismos. Ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- Salazar, António. *Discursos e notas políticas 1928 a 1966*. Coimbra: Coimbra Editora, 2015.
- Serrão, Joaquim V. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 2001.
- Silva, Daniela P. «A Campanha Nacional de Educação de Adultos no Estado Novo: uma leitura dos debates parlamentares». *História. Revista da FLUP*, 6 (2016): 71-87. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1718>.
- Silva, Maria R. «A liga Republicana das mulheres Portuguesas na voz de mulheres escritoras do início do século XX». *Análise Social* 19, n^{os} 77-78-79 (1983): 875-907. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465449P2eYY6he7Ah47BN7.pdf>.
- Sousa, Isabel R. «Educação Feminina no Estado Novo (1938-1948): impacto na imprensa periódica». Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. <https://hdl.handle.net/10216/122635>.
- Souza, Maria R. *A concessão do voto às mulheres portuguesas*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.
- Tavares, Maria M. «Feminismo em Portugal (1947-2007)». Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 2008. <https://>

repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresVF.pdf.

Ventura, António. *História de Portugal. O «Estado Novo» (III)*. Alfragide: Ediclube, 1980.

Ventura, António. *Portalegre. Roteiros Repúblicanos*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

Citar este artículo

Campos, Sérgio. «A participação das mulheres nas eleições presidenciais de 1958 em Portugal através da imprensa nacional». *Historia Y MEMORIA*, nespecial (2024): 125-156. Doi: <https://doi.org/10.19053/uptc.20275137.nespecial.2024.16308>.